

**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e oito, às 9h 26min no Auditório do Parque Estadual Masairo Okamura ocorreu a décima segunda Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 11ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Posse dos Membros do Conselho do biênio 2008/2009; Aprovação da Resolução nº 15 que trata do calendário de reuniões para o ano de 2008. A Reunião fora aberta pelo Sr. Leandro Maraschin, Secretário Executivo em exercício, que iniciou esclarecendo aos presentes está substituindo o Luiz Henrique Noquelli na Superintendência de Recursos Hídricos e também na Secretaria Executiva do CEHIDRO, colocando também que o presidente do Conselho, Sr. Luis Henrique Chaves Daldegan, Secretário do Estado de Meio Ambiente, devido a uma coincidência de datas com o CONSEMA, não poderá conduzir a reunião ficando isto a seu cargo, complementando ainda que esta coincidência de datas faz parte da pauta da reunião. Em seguida colocou em votação a ata da 11ª Reunião Ordinária do Conselho estadual de Recursos Hídricos a qual foi aprovada por unanimidade. Continuou e reunião informando aos conselheiros que 1) Toda a comunicação entre Secretaria Executiva do CEHIDRO e os conselheiros será feita por via digital através de e-mail, para evitar o desperdício de material e também garantir a agilidade necessária, conforme já vinha sendo feito nos biênios anteriores. 2) Foram enviados para todos os conselheiros uma ficha de cadastro que deve ser preenchida e devolvida a Secretaria Executiva do Conselho, sendo complementado pela sra. Sibelle Jakobi, Analista de Meio Ambiente, que são disponibilizados na internet os dados dos conselheiros, entretanto antes de disponibilizá-los a mesma estará entrando em contato com os conselheiros para que os mesmos autorizem a publicação dos dados. Após os informes o Secretário Executivo colocou aos conselheiros a importância do CEHIDRO para o desenvolvimento do sistema estadual de Recursos Hídricos e que esta caminhada ainda se encontra na fase inicial. Destacou ainda a participação do Conselho na implantação dos outorga, com a aprovação da Resolução nº 12 e a participação na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos através da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano, enfatizando aos conselheiros que o CEHIDRO é um fórum de democratização do conhecimento e uma forma de participar junto com o Estado na gestão dos Recursos Hídricos. O Secretário Executivo deu início a posse dos presentes consultando a presença dos representantes e convidou-os para se dirigirem à mesa para assinarem a

ATA de Posse. Desta forma tomaram posse os seguintes conselheiros: Sr. Juracy de Ozeda Ala Filho, conselheiro suplente representante da SEPLAN; Sra. Telma Luzia Monteiro, conselheira titular representante da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, conselheiro suplente representante da SICME; Sra. Edenir Maria Serigatto, conselheira titular representante da UNEMAT; Sr. Alexandre Silveira, conselheiro titular representante da UFMT; Sra. Cinthia Barroca de Castro, conselheira titular representante do IBAMA; Sr. Antônio Brandt Vecchiato, conselheiro titular representante da ABAS; Sra. Ildisnéya Velasco Dambros, conselheira titular representante da SANECAP; Sra. Vânia Tarcila Borges, conselheira suplente representante da SANECAP; Sr. Wilmar José Franzner, conselheiro titular representante da FIENT; Sra. Ribenildes Carla Gomes e Souza, conselheira suplente representante da FIENT; Sr. Décio Elói Siebert, conselheiro titular representante do IPAC; Sra. Alessandra Panizi de Souza, conselheira titular representante do INSTITUTO CREATIO; Sra. Josita Correto da Rocha Priante, conselheira titular representante do COORIMBATÁ; Sr. Nicolau Priante Filho, conselheiro suplente representante do COORIMBATÁ; Sr. Elói Antônio Brandão, conselheiro titular representante da ARPCA; Sra. Valquíria de Carvalho Azevedo, conselheira titular representante do IMADEA e Rodrigo Alexandre Azevedo Araújo, conselheiro suplente representante do IMADEA. Após tomar posse o conselheiro José do Carmo Ferraz Filho informou ao Secretário executivo que foi encaminhado um ofício solicitando a substituição dos representantes da SICME, sendo indicados como conselheira titular a Sra. Terezinha Cintra Paes de Barros e como conselheiro suplente o Sr. Joaquim Jurandir Pratt Moreno. Os conselheiros solicitaram ao Secretário Executivo que fosse falado o nome da entidade e não somente a sigla, o que foi feito pelo mesmo, sendo solicitado pela conselheira Cinthia de Castro que fosse enviado aos conselheiros a relação dos entidades que atuam no conselho, os seus representantes e respectivos contatos. Em seguida o conselheiro Rodrigo Araújo questionou porque a SANECAP faz parte dos representantes não governamentais e usuários de água sendo respondido pelo Secretário Executivo que esta entidade é considerada usuária de água. A conselheira Ribenildes Carla questionou a ausência da REDE CEMAT, sendo respondida pela analista Sibelle Jakobi que ela não concorreu a uma vaga nesta eleição, sendo complementado pelo conselheiro Juracy Ala que existe uma legislação que proíbe organizações que produzam energia de comercializar a mesma, tendo a Rede CEMAT optado pela distribuição. O conselheiro Décio Siebert ponderou que o setor energético estará representado no conselho de forma indireta já que o conselheiro Fábio Souza, suplente do IPAC, faz parte do Grupo

69 Brennand Energia. Em seguida a conselheira Ribenildes Carla questionou como ficaram  
70 as Câmaras Técnicas, sendo colocado pela analista Sibelle Jakobi que todas as  
71 entidades não governamentais e usuárias de água que faziam parte das Câmaras  
72 Técnicas continuam fazendo parte do CEHIDRO. Colocou ainda que o conselho conta  
73 com duas câmaras técnicas: a Câmara Técnica de Barragens (CT Barragens), da qual  
74 fazem parte o INSTITUTO CREATIO, IBAMA, IPAC, UFMT e ABAS, complementando  
75 que esta Câmara Técnica estava inativa devido a elaboração do novo código ambiental  
76 do Estado mas deverá voltar a atuar neste ano, e a Câmara Técnica de Acompanhamento  
77 do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CT PERH), da qual fazem parte a FIEMT,  
78 INSTITUTO CREATIO, UFMT, IPAC, UNEMAT, SEMA e SEDER, na qual não foi possível  
79 ainda se reunir todos os membros, o que deverá ser tema de discussão em plenária. O  
80 conselheiro Antônio Vecchiato colocou que na última reunião da CT PERH ficou decidido  
81 que o presidente da mesma seria decidido na próxima reunião devido a presença de  
82 poucos membros, sendo complementado pela conselheira Cinthia de Castro que na CT  
83 Barragens apenas o IBAMA, o INSTITUTO CREATIO e o IPAC compareceram as  
84 reuniões, sendo colocado pela analista Sibelle Jakobi que a UFMT e a ABAS já se  
85 comprometeram em participar das próximas. A conselheira Ribenildes Carla perguntou ao  
86 Secretário Executivo sobre o andamento da última reunião da CT PERH, da qual ela não  
87 pode participar, sendo respondida pelo Secretário Executivo que na última reunião da CT  
88 PERH foram apresentados os cenários de recursos hídricos do Estado e a visão de  
89 futuro, sendo ambos aprovados pelos conselheiros desta câmara técnica que estavam  
90 presente. Complementou colocando que os trabalhos do PERH se encontram na etapa de  
91 prognósticos e que os produtos do diagnóstico bem como os cenários estão disponíveis  
92 no site da SEMA. A conselheira Ribenildes Carla questionou se ele se referia ao CD que  
93 foi disponibilizado, sendo respondido pelo mesmo que o Plano já se encontra uma fase a  
94 frente, já contando com os cenários, destacando ainda que os cenários seguem o definido  
95 pelo MT + 20 para o Estado. Em seguida o Secretário Executivo apresentou aos  
96 conselheiros a Resolução nº 15, que define novo calendário para as reuniões do  
97 CEHIDRO em 2008, colocando que devido a uma coincidência de datas com as reuniões  
98 do CONSEMA se faz necessária a alteração, uma vez que o Secretário de Estado do  
99 Meio Ambiente é presidente dos dois Conselhos e a presença dele nas reuniões do  
100 CEHIDRO valorizaria este Conselho bem como a existência de conselheiros que integram  
101 os dois conselhos, sendo colocado pela analista Sibelle Jakobi que nesta discussão  
102 devem ser levadas consideração as datas que são mais favoráveis aos conselheiros que

103 residem no interior devido ao deslocamento dos mesmos. O conselheiro Rodrigo Araújo  
104 colocou que é necessário saber quanto representantes do interior fazem parte do  
105 conselho, sendo respondido pela analista Sibelle Jakobi que são quatro entidade do  
106 interior que fazem parte do Conselho, mas somente um deles também integra o  
107 CONSEMA. Complementou colocando que a presença do Secretário nas reuniões do  
108 CEHIDRO é muito importante para valorizar este conselho e colocá-lo em um nível  
109 importância igual ao CONSEMA perante as pessoas. O conselheiro Antônio Vecchiato  
110 colocou que viu uma reportagem muito boa sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos,  
111 sugerindo que o CEHIDRO deve ser mais divulgado na mídia para chegar ao  
112 conhecimento da população sua existência e importância e se colocando a disposição  
113 para escrever as reportagens se necessário. O conselheiro Décio Siebert colocou que  
114 essa divulgação é necessária pois até pessoas que deveriam conhecer a importância do  
115 CEHIDRO a desconhecem, muitas vezes o considerando um “subconselho” e citou a  
116 situação enfrentada no ano passado quando um representante do Ministério Público  
117 sugeriu durante as reuniões de elaboração do Novo Código Ambiental que o CEHIDRO  
118 fosse extinto e as matérias relacionadas a recursos hídricos fossem tratadas em uma  
119 Câmara Técnica no CONSEMA, complementando que existe uma desvalorização do  
120 CEHIDRO acontecendo. O conselheiro Alexandre Silveira colocou que é interessante o  
121 CEHIDRO trabalhar em conjunto com o CONSEMA, para resolver de forma mais  
122 completa as questões ambientais, sendo complementado pelo conselheiro Rodrigo Araújo  
123 que isto já ocorre de certa forma com a participação de conselheiros nos dois conselho. O  
124 conselheiro Jurandir Ala colocou que o Dr. Marcos Machado quando era Secretário de  
125 Meio Ambiente participou do CEHIDRO somente em duas ocasiões, enquanto o  
126 secretário atual, Sr. Luis Daldegan participou somente da última posse e a participação do  
127 Secretário é importante pois existem decisões que cabem a ele, mesmo que a plenária  
128 delibere sobre o assunto, como passar aos setores da SEMA as melhores formas de agir,  
129 fazer com que os setores conversem sobre os recursos hídricos, o que é um problema  
130 hoje. Complementou colocando que é dada uma importância maior ao CONSEMA porque  
131 o Secretário está sempre lá, pois o regimento interno dele é mais rígido quanto a  
132 presença do Secretário, tornando-a obrigatória e determinando que o que for aprovado  
133 pelo pleno deve ser feito. O Secretário Executivo colocou que a questão ambiental  
134 demanda um maior tempo do Secretário, priorizando as questões ambientais em  
135 detrimento as questões de recursos hídricos, talvez devido a abundância de água no  
136 Estado, sendo colocado pelo conselheiro Juracy Ala que essa quantidade de água é só

137 ilusão. A analista Sibelle Jakobi colocou que existem avanços que estão ocorrendo em  
138 relação a valorização do CEHIDRO, uma vez que na reestruturação que está sendo feita  
139 na SEMA ele já é citado no mesmo patamar do CONSEMA e com a criação de um cargo  
140 DAS para atender o CEHIDRO. Voltando a discussão da Resolução nº 15, o Secretário  
141 Executivo questionou os conselheiros se seria mantida a proposta de alterar a data das  
142 reuniões da última quinta feira dos meses impares para a segunda quinta feira dos meses  
143 impares, sendo questionado pela conselheira Cinthia de Castro se a data do mês de  
144 novembro seria dia treze, sendo respondido pelo secretário executivo que para este mês  
145 existe a sugestão de manter a reunião no dia vinte e sete ou alterar para o dia treze,  
146 sendo ponderado pela conselheira Cinthia de Castro que dia treze é melhor pois no final  
147 do ano normalmente se acumulam reuniões, o que foi aprovado pelos demais  
148 conselheiros. O Secretário Executivo colocou em votação a aprovação da resolução nº 15  
149 que define o novo calendário de Reuniões para o ano de 2008, o qual foi aprovado por  
150 unanimidade. Em seguida o conselheiro Juracy Ala questionou o Secretário Executivo  
151 sobre a ultima reunião do PERH que foi feita em dezembro, sendo respondido que nesta  
152 reunião foi apresentado os cenários que foram feitos durante as oficinas que foram  
153 realizadas, bem como a metodologia utilizada para a elaboração dos mesmos, para que  
154 fossem referendadas pelo CT PERH, sendo complementado pela conselheira Edenir  
155 Serigatto que foi feita e referendada também a visão de futuro para o plano, a qual vai de  
156 encontro ao MT + 20. O secretário executivo colocou que está sendo proposto uma nova  
157 estruturação da SEMA, onde seria criada uma gerencia para tratar dos plano e do  
158 enquadramento dos rios no Estado. Colocou também que nesta reestruturação o  
159 licenciamento não ficará mais na SURH, a qual irá trabalhar com a outorga e se ater a  
160 política de recursos hídricos e deixar o licenciamento ambiental para outros setores,  
161 sendo complementado pela conselheira Cinthia de Castro que é essa a função da SURH  
162 e que o licenciamento deve ser vinculado a obtenção da outorga. O conselheiro Juracy  
163 Ala ponderou que se tem que ter um banco de dados para saber onde e o que se pode  
164 instalar em determinada região e também para se saber como anda os recursos hídricos  
165 no Estado e assim poder atuar e cobrar. O conselheiro Nicolau Priante colocou que esta  
166 cobrança já deve estar sendo feita mas não tem surgido efeito e colocou que acredita que  
167 uma estratégia para que as coisas aconteçam é a divulgação, ao que foi complementado  
168 pelo Secretário Executivo que é necessário que sejam feitas também a operacionalização  
169 das vontades para que as coisas aconteçam. O conselheiro Alexandre Silveira ponderou  
170 que uma pessoa sozinha não tem voz e que para ser ouvido tem que representar a

171 sociedade na forma de uma entidade organizada, a sociedade deve ser mobilizada para  
172 formar comitês de bacia, o qual será ouvido. Complementou que este é um processo  
173 difícil mas que tem que ser feito. A conselheira Edenir Serigatto colocou que o Conselho  
174 pode agir junto a AMM para sensibilizar os municípios para que eles formem comitês e  
175 que não adianta atuar no Estado como um todo e sim ter diversas bases regionais. O  
176 conselheiro Décio Siebert falou que este assunto já foi discutido em reuniões anteriores e  
177 que ele volta a sugerir que se crie uma Câmara Técnica permanente de  
178 acompanhamento da criação de comitês para atuar nestas frentes e também junto a  
179 AMM, sendo complementado pela conselheira Valquíria de Azevedo que esta Câmara  
180 técnica é fundamental mas que cada município deve ser incentivado a ter seu conselho  
181 de recursos hídricos. O conselheiro Elói Brandão colocou que foram criados os consórcios  
182 municipais, os quais poderiam ser utilizados como uma forma de divulgação do CEHIDRO  
183 e também para fazer uma soma de esforços para conservação dos recursos hídricos,  
184 sendo complementado pelo conselheiro Décio Siebert que esta seria uma forma muito  
185 eficaz de divulgação uma vez que os consórcios abrangem toda uma região e tem uma  
186 atuação forte nas mesmas. A conselheira Josita Priante colocou que também atua junto  
187 ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e ponderou que nos municípios existem  
188 poucas pessoas para atuar, inclusive existindo a idéia neste conselho de se juntar vários  
189 municípios em um mesmo comitê, o que é interessante. O conselheiro Juracy Ala  
190 ponderou que ano que vem o orçamento do estado será direcionado a estas regiões  
191 criadas pelos consórcios, sendo complementado pelo conselheiro Décio Siebert que  
192 existe junto aos consórcios um espaço de atuação. A conselheira Valquíria de Azevedo  
193 questionou o secretário executivo se o recurso destinado aos recursos hídricos se  
194 incorpora ao FEMAM, ao que o secretário executivo respondeu positivamente. A  
195 conselheira ponderou em seguida que anteriormente existia o FEHIDRO e que existia um  
196 conselho que acompanhava a aplicação dos recursos, entretanto hoje em dia quem  
197 controla isso é somente o Secretário e o Diretor do FEMAM, informação que a secretaria  
198 executiva ficou responsável por verificar. Complementou colocando que deve existir  
199 clareza sobre a aplicação do recurso, ao que o conselheiro Décio Siebert colocou que já  
200 foi discutido antes a aplicação dos recursos na mesma bacia onde são obtidos, para  
201 corrigir os problemas da mesma. Complementou que outra questão que tem que ser  
202 levantada é que somente as grandes PCH's pagam a compensação ambiental, mas  
203 quando se tem várias de menor porte em um trecho de rio se tem um dano parecido, ao  
204 que foi complementado pelo conselheiro Juracy Ala que os empresários fazem várias de

menor porte para fugir da legislação ambiental, tanto da compensação quanto da necessidade do EIA/RIMA. O Secretário Executivo colocou que tudo começa com uma caminhada e que para isso é necessário se ter espaço de atuação, coisa que não possuíamos antes, destacando ainda que com relação a comitês de bacia o Estado não tem a função de criá-los, mas sim fomentá-los, uma vêz que isso deve partir a população, a partir da conscientização ou então da existência de conflitos. Colocou ainda que a criação de uma câmara técnica é importante porque esperar acontecer a criação de comitês é muito pouco. O conselheiro Nicolau Priante ponderou que para se ter uma resposta eficaz às demandas as mesmas devem ser encaminhadas formalmente ao Conselho, ponderando que são realizadas reuniões a cada dois meses mas que neste meio tempo pode ser feita uma manifestação. A conselheira Valquíria Azevedo colocou que o CEHIDRO tem o direito de saber como está sendo gasto o recurso destinado aos recursos hídricos e se for necessário poderia ser feita uma resolução para ter acesso a estes dados ao que o Secretário Executivo colocou que poderia ser feita uma apresentação do PPA/PTA da SURH, sendo respondido pela conselheira Valquíria Azevedo que o recurso que interessa é o oriundo da compensação ambiental, para verificar se está sendo gasto de forma correta, especialmente em educação ambiental para evitar a degradação por desconhecimento, ao que foi complementada pelo conselheiro José Ferraz que a Eletronorte tem trabalho interessantes dos quais os conselheiros deveriam tomar conhecimento. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 10h 54min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

---

**LUIS HENRIQUE CHAVES DALDEGAN**

Presidente do CEHIDRO

---

**LEANDRO MARASCHIN**

Secretário Executivo do CEHIDRO  
em exercício

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 18/03/2008.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*